# Rio Grande do Sul: a crise política e a oportunidade de superá-la

12/10/2009

---

Artigo de Alessandra Terribili discute a atual crise política vivenciada pelo Rio Grande do Sul, a blindagem da mídia ao governo estadual, e as tarefas do PT para derrotar o neoliberalismo e a corrupção no estado.

**Por Alessandra Terribili**

O Rio Grande do Sul encontra-se mergulhado na maior crise política de sua história. Em 2006, Yeda Crusius, do PSDB, foi eleita governadora num segundo turno em que reuniu todos os partidos conservadores e de direita para derrotar Olívio Dutra e o PT. O discurso que deu o tom na campanha era o que prometia "um novo jeito de governar", tentando imputar à esquerda o rótulo de velha, ultrapassada. Embora o PSDB tenha pouca expressão política no estado, o desgaste do PT – que acabava de sair do episódio do mensalão e já entrava na "crise do dissiê", na campanha de São Paulo – e a má avaliação do governo Rigotto (PMDB), somando-se a isso o apoio velado da mídia e escancarado das elites gaúchas, o discurso do "novo" se materializou em Yeda e confirmou sua vitória.

Em pouco tempo, já era possível explicitar que, de novo, o governo do PSDB não tinha nada. Era "mais do mesmo" de tudo que já tínhamos visto – e combatido – em 8 anos de governo FHC. Política essa que foi largamente derrotada nas urnas, em 2006, mas sobreviveu em alguns estados, entre eles, o Rio Grande.

Desde o começo, o governo Yeda se orientava por uma linha privatista, de terceirizações e sucateamento, e de arrocho salarial para os servidores. O autoritarismo na relação com a Assembleia Legislativa e com a população é outra característica gritante. Essa postura ficou clara em diversos momentos, em que se viu a criminalização dos movimentos sociais e o desmonte dos poucos mecanismos de participação popular que ainda existia. Também era notável o descaso com a chamada área social, como educação e saúde.

**O escândalo do Detran**

Foi em meio a esse contexto, de neoliberalismo exacerbado, de uma política velha e muito bem conhecida, que se descortinou outro elemento do governo: as denúncias de fraude e corrupção. Foram desviados mais de R$ 40 milhões do Detran, e há pelo menos 40 acusados, entre eles, a própria governadora.

Enquanto o governo e sua base parlamentar tentam impedir as investigações, a lógica de repressão aos movimentos sociais e de autoritarismo na relação com o parlamento se acentua. Na Assembleia Legislativa, após meses de tentativa, a oposição conseguiu instalar a chamada "CPI da Corrupção". A postura dos deputados da base governista tem sido de esvaziar o espaço, não comparecendo às reuniões e justificando o descaso com um discurso de deslegitimação da investigação. Como resposta, a oposição passou a exibir as gravações que fazem parte dos autos do processo na Justiça – que explicitam o envolvimento de integrantes do governo com um poderoso esquema de corrupção montado no estado do Rio Grande do Sul para desviar recursos públicos.

Também tramita na Assembleia um pedido de impeachment da governadora, apresentado pelo Fórum dos Servidores Públicos Estaduais do RS. O comportamento dos governistas tem sido o de sempre: emperrar qualquer tipo de investigação e de discussão. Até que, na triste quinta-feira, 8 de outubro, a oposição foi obrigada a se retirar da reunião que votaria o parecer da relatora – a presidenta estadual do PSDB, Zilá Breitenbach. Realizada sem ser antecedida por nenhuma outra reunião que analisasse os documentos e

evidências que motivaram o pedido de impeachment, a comissão, comandada pela maioria governista, arquivou o processo. Isso, um dia depois de novas denúncias virem à tona: a governadora comprou, com dinheiro público, mobília para sua casa nova.

**A presença do PT**

A luta popular em oposição ao governo Yeda e pela queda da governadora tem no PT um de seus principais protagonistas, seja nos movimentos sociais, na Assembleia Legislativa, nas manifestações públicas.

O desafio do PT é negar o projeto representado por Yeda – no combate à corrupção e no enfrentamento ao desmonte do Estado promovido por ela – e, ao mesmo tempo, afirmar um projeto para o Rio Grande do Sul que recupere a participação popular como princípio fundamental, acompanhe o crescimento do Brasil e fortaleça o Estado para que ele seja o principal responsável por construir esse crescimento com distribuição de renda e justiça social.

A atualidade desse projeto é evidente. Se o governo Yeda Crusius é o mais impopular da história do Rio Grande do Sul (veja Box), o PT precisa ser capaz de dar resposta a esse quadro. Para isso, o partido já definiu, em seu Encontro Estadual, que seu pré-candidato ao governo é o companheiro Tarso Genro. O programa dessa candidatura será construído com base na referência que o PT acumulou no estado, nos avanços promovidos pelo governo Lula em âmbito nacional e na expectativa de reverter os desmandos sofridos pelo estado em duas gestões de caráter neoliberal.

Para vencer no Rio Grande do Sul, o PT vai construir uma aliança que parte da frente popular (com o PCdoB e o PSB), inclua o PDT e envolva aqueles e aquelas que tenham compromisso com a eleição da companheira Dilma para a Presidência da República, que não se relacionem com o governo atual e que aceitem o desafio de tornar vitorioso um programa popular de transformação.

O quadro eleitoral ainda não está dado, a pouco mais de um ano das eleições. Pesquisas de opinião já colocam Tarso e o PT na liderança da disputa. É preciso construir o caminho certo para amplificar esse potencial eleitoral, para abrir caminho para uma vitória política do PT, da esquerda e do povo gaúcho.

**Raul Pont é candidato a presidente estadual do PT**

Na disputa do PED 2009, a Mensagem ao Partido apresenta a candidatura de Raul Pont para a presidência estadual do PT, colocando-se a tarefa de conduzir esse processo rumo a 2010 e a vitórias no estado e no país. O partido deve estar unido e forte para efetivar esse enfrentamento. É preciso consolidar as alianças com aqueles que estão dispostos a escrever essa história, e incluir a população nessa aliança como interlocutora central.

A candidatura de Raul traz no programa a necessidade de se democratizar o espaço partidário e de prestigiar a militância, de respeitar e contemplar a pluralidade, de contribuir para uma reorganização nacional do partido que lhe possibilite cumprir sua vocação de governar para as maiorias. Como Raul Pont é um parlamentar e dirigente partidário conhecido e respeitado, altamente identificado com as bandeiras históricas do PT e com a ética na política, reúne as características necessárias para conduzir o partido neste novo momento e buscar os diálogos de que precisamos para construir nossa vitória no Rio Grande e no Brasil.

**Yeda é rejeitada por 74% dos gaúchos**

Os gaúchos reprovam o governo Yeda, acreditam que as denúncias contra ela sejam verdadeiras e são a favor do impeachment da governadora. Foi o que mostrou recente pesquisa do Ibope.

De acordo com dados da pesquisa, 64% dos gaúchos considera a administração de Yeda ruim ou péssima, contra 11% de ótimo e bom. A rejeição da governadora é ainda maior que a do seu governo, e chega a 74%. Sobre as denúncias que a ameaçam de impeachment e que motivaram uma CPI da Corrupção na Assembleia Legislativa, 29% acreditam que seja totalmente verdadeiras e 30% acham que são majoritariamente

verdadeiras. E 62% se dizem a favor do afastamento da governadora, contra apenas 22% que defendem que ela permaneça.

Na mesma pesquisa, 59% avaliam o Governo Lula como ótimo ou bom, e 78% aprovam a forma como o presidente administra o país.

Compartilhe nas redes: